

Odair Lopes Garcia
 Jair do Amaral Filho
 Valdênia Apolinário
 Maria Lussieu da Silva
 Yuri Cesar de Lima e Silva

Relações comerciais do Nordeste com o Brasil e o mundo¹

RESUMO

A inserção do Nordeste na divisão inter-regional do trabalho pode ser captada através dos fluxos de comércio interestaduais e internacionais. Neste artigo, o foco está centrado nas relações comerciais internas, intrarregionais e internacionais no ano de 2006. Os resultados revelam que o PIB do Nordeste cresceu mais que o nacional entre 2002 e 2009 e seu comércio interestadual aumentou mais que proporcionalmente em relação aos resultados observados em 1999. As transações intrarregionais constituem importante fonte de demanda e oferta de bens e serviços. A balança comercial internacional foi superavitária em 2006, embora haja alternância com déficits em outros anos. O volume do comércio interestadual cresceu em relação ao PIBpc da região principalmente pelo aumento das vendas e, embora a região continue deficitária, alguns estados passaram a ter superávit no comércio interestadual. O comércio internacional cresceu mais que proporcionalmente ao PIBpc, mas as trocas internas continuaram sendo preponderantes para todos os estados nordestinos.

Palavras-chave

Fluxo de comércio interno, Nordeste, comércio internacional.

ABSTRACT

The Northeast of Brazil's contribution to the inter-regional division of labor can be measured by looking at inter-state and international trade flows. This article focuses primarily on internal, intra-regional and international trade relations in the year 2006. The results show that the Northeast region's GDP expanded at a faster rate than that of the country as a whole in the period between 2002 and 2009 and that its inter-state trade increased more than proportionally in relation to the results observed for 1999. Intra-regional transactions were an important source of supply and demand for goods and services. The international balance of trade produced a surplus in 2006, although some of the years either side did witness deficits. The volume of inter-state trade grew in relation to GDP per capita in the region, largely as a result of increased sales and, although the region as a whole remained in deficit, some states began to obtain surpluses in their inter-state trade balance. International trade expanded more than proportionally in relation to GDP per capita, although the domestic market remained the prime focus of Brazil's Northeastern states' trading activities.

Keywords

Internal trade flows, Northeast, international trade.

1. Este artigo está ancorado nos resultados das Notas Técnicas 04 dos estados do Nordeste, integrantes do Projeto de Pesquisa "Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste". O Projeto de Pesquisa foi executado com o apoio financeiro do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de financiamento não reembolsável, com recursos do Fundo de Estruturação de Projetos do BNDES (FEP). O conteúdo dos estudos, pesquisas e/ou capítulos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do BNDES. As versões completas das Notas Técnicas estaduais resultantes do projeto de pesquisa supracitado podem ser encontradas em www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br.

Introdução

A participação do Nordeste na divisão inter-regional do trabalho da economia brasileira passou por profunda transformação desde a integração espacial que superou o relativo isolamento existente entre as regiões até a década de 1950. A construção da infraestrutura terrestre de comunicação intensificou a articulação incipiente entre as economias regionais existentes até então. Os planos de desenvolvimento implementados a partir dos anos 1960, especialmente aqueles elaborados e implantados pela Sudene, promoveram a diversificação econômica, definindo novas formas de conexão da economia nordestina com o resto do país. A abertura da economia brasileira ao exterior no final da década de 1980 induziu à migração de plantas industriais de atividades mais intensivas em mão de obra do Sul e Sudeste para a Região Nordeste. Ao longo desse período, segmentos industriais importantes foram estabelecidos em alguns estados, acentuando a concentração econômica intrarregional preexistente.

Atualmente, o Nordeste passa por indispensáveis transformações em sua estrutura econômica. Alguns dos pilares dessa mudança são as inversões em infraestrutura logística, energética e social e urbana concentradas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a despeito dos atrasos em seu cronograma. As oportunidades geradas por esse Programa poderão atrair empreendimentos privados que vão potencializar o crescimento regional, o que é sentido de forma distinta segundo cada estado da região. Ademais, a expansão da fronteira agrícola e a exploração de novas atividades agropecuárias também impulsionam as economias estaduais, colocando-as em contato com áreas nacionais e internacionais mais dinâmicas.

No âmbito social, as políticas de distribuição pessoal da renda, de créditos populares como os do Pronaf, Crediamigo e a valorização do salário mínimo têm tido efeito significativo na redução das desigualdades pessoais de renda, impactando na diminuição da pobreza extrema e absoluta e no crescimento das economias locais. Por outro lado, a valorização cambial e as altas taxas de juros internas que prevaleceram durante muito tempo produziram efeitos negativos sobre a produção, com consequências no volume e composição das exportações e na concorrência direta das importações com a produção local.

Neste trabalho, tenta-se captar os reflexos dessas transformações através dos fluxos de comércio interestaduais e internacionais dos estados e da Região Nordeste, comparando-se os resultados agregados para a região em várias fases do processo de integração econômica nacional. Entretanto, seu

foco principal está centrado nas relações comerciais internas, intrarregionais e internacionais no ano de 2006.

A primeira seção é dedicada às fontes de dados e à metodologia adotada nas demais seções. Primeiramente, são destacadas algumas características sociais e analisada a estrutura econômica da região para os anos escolhidos. Em seguida, examinam-se os fluxos de comércio de bens e serviços entre o Nordeste e os estados brasileiros, as trocas intrarregionais, as importações e exportações e o saldo comercial global da região para o ano de 2006, comparando-os com resultados obtidos em períodos anteriores. Finalmente, o grau de interação das economias dos estados nordestinos e da região é obtido pela comparação das relações dos fluxos de comércio nacional e internacional com o Produto Interno Bruto a preços correntes (PIBpc) para os anos de 1999 e 2006.

Os resultados obtidos revelam que a economia do Nordeste cresceu mais que a brasileira entre 2002 e 2009, tendo a renda média dos nordestinos aumentado proporcionalmente mais do que a média do país. O comércio interestadual aumentou em relação aos resultados observados em 1999 e a região continuou apresentando déficit, originado principalmente nas atividades de comércio. As transações intrarregionais são importantes fontes de demanda e suprimento de bens e serviços, embora o peso relativo e as características do comércio sejam diferentes para os estados. A balança comercial internacional foi superavitária em 2006, reduzindo o déficit comercial global da região estabelecido com as demais unidades da federação, embora se perceba alternância com déficits nos anos utilizados como termo de comparação.

Finalmente, observou-se que o volume do comércio interestadual cresceu em relação ao PIBpc da região, principalmente pelo aumento das vendas. Com isso, alguns estados passaram a ter superávit em suas relações comerciais internas, reduzindo a relação entre o saldo negativo da balança comercial proporcionalmente ao PIBpc do Nordeste. Constatou-se também que, embora o comércio internacional tenha crescido em relação ao PIBpc, as trocas internas continuaram sendo preponderantes para todos os estados nordestinos.

1. Metodologia e fontes de dados

A estrutura econômica da região foi obtida pela soma do valor agregado bruto (VAB) das respectivas atividades dos nove estados para os anos de 2002, 2006 e 2009², utilizando-se os dados publicados pelo IBGE (IBGE, 2008 e 2011b). O VAB total corresponde à soma dos valores das atividades em cada ano e a composição do VAB foi obtida pela participação dos VAB de cada atividade em relação ao valor total (Tabela 1). A comparação das participações relativas indica as possíveis mudanças estruturais entre esses anos.

2. As referências ao PIBpc e PIB *per capita* foram obtidas nas mesmas fontes. Para os dados populacionais utilizaram-se os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011a).

Na análise da balança comercial de cada estado (BCE) consideram-se as operações de compra e venda de bens e serviços com os outros estados da federação (OE) e com o resto do mundo (RM). Esquemáticamente, tais relações podem ser representadas por:

$$(1) ET = E_{OE} + M_{RM}$$

$$(2) ST = V_{OE} + X_{RM}$$

$$(3) SBC_E = ST - ET$$

Onde:

ET = Entradas Totais corresponde à soma das compras de Bens e Serviços de outros estados (E_{OE}) com as importações do resto do mundo (M_{RM});

ST = Saídas Totais corresponde à soma das vendas de Bens e Serviços para outros estados (V_{OE}) com as exportações para o resto do mundo (X_{RM});

SBC_E = Saldo da Balança Comercial, que será positivo caso $ST > ET$.

As informações necessárias para estabelecer os fluxos comerciais interestaduais foram obtidas junto às Secretarias de Fazenda dos estados para o ano de 2006³, contendo o valor anual e a unidade da federação de origem das entradas (compras) e o valor anual e estados de destino das saídas (vendas) realizadas pelas empresas cadastradas, classificadas segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – 2.0.

Os dados para cada estado foram organizados em duas planilhas, correspondentes às entradas e saídas, compostas de “n” linhas – em que constam as atividades – e 26 colunas correspondentes aos estados e ao Distrito Federal. Uma terceira planilha, derivada das duas anteriores, mostra o saldo dos fluxos de saídas e entradas, estabelecendo o resultado das trocas comerciais do estado com as demais unidades da federação. A partir da agregação das entradas e saídas por estados e regiões foi gerada a tabela que permite obter o valor dos fluxos de entradas e saídas e o saldo do comércio interno dos estados.

A agregação dos valores dos fluxos de entrada e saída de bens e serviços dos estados resultou nos fluxos da região, permitindo obter o valor total das transações e os respectivos saldos, apresentados na Tabela 2. Também foi construída uma matriz de transações intrarregional para analisar o valor das trocas entre os estados nordestinos. O critério adotado na construção da matriz foi eleger o maior valor declarado pelos estados envolvidos nas transações, de forma que o saldo obtido fosse igual a zero⁴. Finalmente, foi estabelecido o fluxo de entradas e saídas agregado para as atividades de agropecuária, indústrias de transformação, extrativa mineral e do comércio.

As informações sobre o fluxo de comércio com o resto do mundo (RM)

3. O Projeto de Pesquisa sobre a Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais envolveu também os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O planejamento da pesquisa foi realizado em 2009 e a escolha do ano de 2006 baseou-se no fato de que em julho de 2007 entrou em vigor a Lei do Simples Nacional, cujos impactos sobre os dados e informações não podiam ser ainda avaliados.

4. Esse é o procedimento-padrão em trabalhos dessa natureza (Vasconcelos, 2001a).

foram obtidas no sítio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), disponibilizadas no sistema Aliceweb, classificadas segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e seus valores expressos em dólar (US\$), no conceito FOB, para os estados nordestinos. Os resultados estaduais foram somados para obter o agregado do Nordeste ao nível das 21 seções que compõem a NCM. Em sua análise destacaram-se as principais mercadorias que formavam as pautas da balança comercial em 2006. Convertidos em reais⁵, foram estabelecidos os saldos estaduais globais e o respectivo saldo regional. Finalmente, obteve-se o saldo global das trocas somando-se as vendas interestaduais com as exportações, subtraídas das compras e importações, ao nível das atividades econômicas relevantes no fluxo de comércio interno.

Finalmente, foram construídos indicadores relacionando o volume total das transações interestaduais e internacionais da região ao valor do PIBpc, comparando-se os resultados para os anos de 1999 e 2006.

2. Estrutura e desempenho econômico recente do Nordeste

A Região Nordeste possui extensão de 1.554.257,0 km², correspondendo a 18,20% do território nacional. Com 53.081.950 habitantes em 2010 (IBGE, 2011a), é a segunda região mais populosa do Brasil, abrigando 27,83% da população brasileira. A dimensão e população tornariam o Nordeste o 20º país mais extenso e o 24º mais populoso do planeta. Seu PIB por habitante, entretanto, o colocaria em 145º lugar no *ranking* das nações, revelando a disparidade entre sua extensão, população e o estágio de desenvolvimento econômico.

O PIBpc da região cresceu mais que a média nacional entre 2002 e 2009. Considerando os dois anos extremos, o PIBpc regional cresceu 128,46% enquanto o nacional se expandiu 119,20%⁶, elevando sistematicamente a participação nordestina no PIBpc nacional de 12,96%, em 2002, para 13,13%, em 2006, e 13,51%, em 2009.

A participação da região no PIB nacional, portanto, correspondeu a menos da metade do seu peso na população, resultando em diferença significativa no PIB por habitante. Esse último indicador revela que o PIB *per capita* nordestino correspondia a apenas 48,28% do nacional em 2009, tendo crescido relativamente pouco em relação ao verificado em 2006 (47,52%)⁷. A renda domiciliar média mensal por habitante, mais abrangente que o indicador anterior, revelou uma redução maior da desigualdade, com a média regional passando de 59,52% para 62,78% da média nacional entre esses dois anos⁸.

O peso do VAB da Região Nordeste na formação do total nacional aumentou sistematicamente entre 2002 e 2009, elevando-se de 13,25%, em 2002, para 13,86%, em 2009 (Tabela 1). O setor Serviços respondia por mais de dois terços

5. Segundo o Ipeadata, a taxa de câmbio R\$/US\$ média do ano de 2006, para venda, foi de R\$ 2,1761.

6. O PIB a preços correntes da região foi de R\$ 191.592 milhões em 2002, R\$ 311.104 milhões em 2006 e R\$ 437.720 milhões em 2009. O PIB brasileiro atingiu, nos mesmos anos, R\$ 1.477.822 milhões, R\$ 2.369.484 milhões e R\$ 3.239.404, respectivamente (IBGE, 2011, 2011b).

7. O PIB *per capita* da região era R\$ 6.029,47 em 2006 e R\$ 8.167,75 em 2009. A média nacional foi de R\$ 12.688,28 e R\$ 16.917,66, respectivamente (*idem*).

8. A renda domiciliar *per capita* média “é calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad/IBGE), com valores reais aos preços vigentes na realização da última edição da pesquisa, atualizados conforme o deflator para rendimentos da Pnad apresentado pelo Ipeadata”. O valor médio da renda real mensal domiciliar por habitante atingiu R\$ 379,92 e R\$ 443,05 em 2006 e 2009, respectivamente, na região, e R\$ 638,29 e R\$ 705,72 no país (www.ipeadata.gov.br, acessado em 01/12/2011).

do VAB regional, aumentando de 66,77%, em 2002, para 68,93%, em 2009. As atividades de administração, saúde e educação públicas e seguridade social (APU) apresentaram participação crescente no setor, passando de 31,99%, em 2002, para 33,20%, em 2009⁹. O comércio apresentou o maior crescimento relativo entre todas as atividades econômicas nesse período, variando de 17,62%, em 2002, para 21,77%, em 2009. Entre os demais serviços, alojamento e alimentação, transportes, armazenagem e correio, serviços prestados às empresas e serviços domésticos aumentaram sua contribuição na formação do VAB. Os serviços de informação, intermediação financeira, serviços prestados às famílias, atividades imobiliárias e aluguéis e saúde e educação mercantis apresentaram crescimento abaixo da média, reduzindo seu peso na composição do VAB do setor e do total regional.

As atividades industriais apresentaram crescimento na composição do VAB regional entre 2002 (24,46%) e 2006 (25,25%), perdendo participação relativa em 2009 (23,70%), principalmente devido à queda da indústria de transformação. Essa indústria respondia por 50,45% do total regional da indústria em 2002, caindo para 48,74% em 2009. A construção civil vem em seguida, com peso de 26,60% e 28,01%, respectivamente; a produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana – SIUP – também apresentaram leve expansão (17,30% e 18,17%). A indústria extrativa mostrou um comportamento oscilante, pois seu peso relativo caiu de 5,64% em 2002 para 5,08% em 2009, depois de ter atingido 8,35% em 2006.

9. A participação da APU no VAB total do Nordeste foi de 21,36% em 2002, 21,73% em 2006 e 22,88% em 2009, superando todas as demais atividades produtivas.

Tabela 1 – Composição do VAB dos estados da Região Nordeste – anos selecionados

ATIVIDADES ECONÔMICAS		2002	2006	2009	NE/BR 2006
TOTAL BR	(R\$ milhão)	1 273 129	2 034 421	2 794 379	-
TOTAL NE	(R\$ milhão)	168.717	271.351	387.317	13,9
NE/BR	(%)	13,25	13,34	13,86	-
AGROPECUÁRIA NE	(R\$ milhão)	14.801	21.506	28.546	-
AGROPECUÁRIA NE/VAB NE	(%)	8,77	7,93	7,37	-
Agricultura, silvicultura e exploração florestal/Agropec. NE		69,75	69,07	69,20	19,4
Pecuária e pesca/Agropec. NE		30,25	30,93	30,80	19,0
INDÚSTRIA NE	(R\$ milhão)	41.267	68.523	91.802	-
INDÚSTRIA NE/VAB NE	(%)	24,46	25,25	23,70	-
Indústria extrativa/Ind. NE		5,64	8,35	5,08	9,7
Indústria de transformação/Ind. NE		50,45	47,35	48,74	9,2
Construção civil/Ind. NE		26,60	23,62	28,01	16,9
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (SIUP)/Ind. NE		17,30	20,68	18,17	18,5
SERVIÇOS NE	(R\$ milhão)	112.649	181.323	266.969	-
SERVIÇOS NE/VAB NE	(%)	66,77	66,82	68,93	-
Comércio e serviços de manutenção e reparação/Serv. NE		17,62	19,43	21,77	13,8
Serviços de alojamento e alimentação/Serv. NE		2,99	3,13	3,54	15,5
Transportes, armazenagem e correio/Serv. NE		6,31	6,79	6,41	12,5
Serviços de informação/Serv. NE		4,44	4,57	2,96	10,8
Interm. Financ., seguros, prev. compl. e serv. relac./Serv. NE		7,36	6,25	6,11	7,7
Serviços prestados às famílias e associativas/Serv. NE		3,21	3,23	2,94	11,8
Serviços prestados às empresas/Serv. NE		4,52	5,24	5,27	9,8
Atividades imobiliárias e aluguéis/Serv. NE		14,99	12,74	11,85	13,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (APU)/Serv. NE		31,99	32,51	33,20	18,9
Saúde e educação mercantis/Serv. NE		4,62	3,90	3,60	11,0
Serviços domésticos/Serv. NE		1,95	2,21	2,36	15,6

Fonte dos dados brutos: IBGE/DCN/2011. Elaboração própria.

Enfim, as atividades da agropecuária reduziram sua participação relativa na formação do VAB regional, caindo de 8,77%, em 2002, para 7,37%, em 2009. As atividades de agricultura, silvicultura e exploração florestal participaram

com pouco mais de 69,00% do total na formação do valor adicionado, com as atividades da pecuária e pesca complementando o total do setor.

A última coluna da Tabela 1 mostra a participação da Região Nordeste no VAB das respectivas atividades no país no ano de 2006. A agricultura (19,4%) e a pecuária e pesca (19,0%) foram as que mais contribuíram para a formação do VAB nacional nas respectivas atividades. A indústria extrativa (9,7%) e de transformação (9,2%) tinham participação muito menor que a contribuição da região na composição do VAB nacional (13,9%), enquanto as atividades da construção civil (16,9%) e de SIUP (18,5%) superaram essa média. Nas atividades de serviços se destacaram com participação acima da média regional as de APU (18,9%), serviços domésticos (15,6%), alojamento e alimentação (15,5%) e comércio (15,5%). As atividades imobiliárias e de aluguéis (13,1%), de transporte, armazenagem e correio (12,5%), serviços prestados às famílias (11,8%), saúde e educação mercantis (11,0%), serviços de informação (10,8%), serviços prestados às empresas (9,8%) e, por último, de intermediação financeira (7,7%) ficaram abaixo da contribuição regional média.

Em síntese, verifica-se que, apesar de o crescimento regional ter superado a média nacional entre os anos de 2002 e 2009, sua participação no PIB continua relativamente baixa quando comparada à sua extensão territorial e população. A estrutura econômica da região mostra um peso elevado dos serviços, observado também no resto do país. Entretanto, a crescente participação dos gastos do governo (APU), atingindo cerca de um terço da contribuição total do setor, revela a fragilidade relativa das demais atividades produtivas e a dependência regional em relação a esse tipo de despesa. Os gastos dos estados da região dependem das transferências financeiras intergovernamentais e seu crescimento sustenta a expansão mais que proporcional do comércio regional.

O peso da indústria na formação do VAB regional manteve-se relativamente estável ao longo do tempo. A pequena contribuição da indústria extrativa mineral na formação do VAB da indústria regional e nacional está relacionada à queda na participação relativa da região na produção nacional de petróleo e gás, com o incremento da produção dos campos localizados no Sudeste do país. A redução relativa da participação da indústria de transformação refletiu o momento de crescimento econômico nacional que alavancou com maior intensidade o crescimento industrial da Região Sudeste. A agropecuária cresceu menos que a média regional, o que reduziu sua contribuição para o VAB regional.

3. A balança comercial da Região Nordeste

A Região Nordeste tradicionalmente apresenta saldo negativo em sua balança comercial interestadual. Mesmo no período em que o isolamento das regiões era acentuado devido à precariedade ou inexistência de infraestrutura de comunicação, o saldo das transações inter-regionais era negativo¹⁰. A balança comercial internacional da região, entretanto, alternou superávits e déficits nos anos recentes.

3.1 Fluxos de comércio interestaduais em 2006

A soma do valor total das entradas de mercadorias na região alcançou R\$ 167.457 milhões em 2006, enquanto as saídas somaram R\$ 137.054 milhões, gerando um saldo negativo de R\$ 30.402 milhões (Tabela 2). Esse resultado é semelhante ao encontrado por Vasconcelos em 1998 e 1999, quando os déficits atingiram R\$ 19.992.663 mil e R\$ 24.323.945 mil, respectivamente (Vasconcelos 2001a, p.22; e, 2001b, p.19).

Há um alto grau de concentração nos fluxos das trocas interestaduais. A Região Sudeste foi a origem de 45,75% das entradas e destino de 39,71% das saídas. A concentração se deve principalmente às trocas com o estado de São Paulo, que respondeu por 32,13% do total das compras interestaduais nordestinas e foi receptor de 28,21% das vendas, gerando um saldo negativo de R\$ 15.136 milhões, ou 49,78% do déficit total. As relações comerciais com os demais estados do Sudeste foram relativamente pequenas: Minas Gerais respondeu por 5,91% das entradas e 5,27% das saídas, seguido pelo Rio de Janeiro (5,51% e 4,16%, respectivamente) e pelo Espírito Santo (2,21% e 2,07%). Considerando que com todos eles o saldo comercial foi negativo, o déficit acumulado com o Sudeste atingiu R\$ 22.191 milhões (72,99% do déficit total).

A grande concentração das trocas com a Região Sudeste, mais especificamente com o estado de São Paulo, já ocorria nos anos 1940 e 1960 (Galvão, 1999). Nos anos de 1998 e 1999 (Vasconcelos, *op. cit.*), as compras da Região Sudeste atingiram R\$ 28.340.872 mil e R\$ 36.660.106 mil, enquanto as vendas somaram R\$ 13.726.924 mil e R\$ 18.027.852 mil. Nesses dois anos, as aquisições feitas em São Paulo foram de R\$ 19.708.365 mil (69,54% do total do Sudeste) e R\$ 25.410.120 mil (69,31%), respectivamente, e as vendas do Nordeste para aquele estado atingiram R\$ 9.889.572 mil (72,05%) e R\$ 13.297.792 mil (73,76%)¹¹.

O comércio intrarregional constituiu a segunda principal fonte das trocas entre os estados nordestinos, respondendo por 36,99% das compras e 45,19% das vendas das empresas da região e serão tratadas de forma mais detalhada no próximo tópico.

10. Os saldos foram negativos nos anos anteriores ao processo de integração espacial: em 1943, atingiu Cr\$ -214,5 mil, e Cr\$ -277,9 mil em 1947. Em 1961 o déficit atingiu Cr\$ 29.519,5 mil, e Cr\$ 2.273.313 mil em 1969, em valores correntes (Galvão, 1999, p. 551).

11. Monteiro Neto (2006) chama atenção para a importância dos déficits regionais nas relações “centro-periferia”, especialmente em relação ao estado de São Paulo. Segundo ele, em 1999 o déficit no comércio interestadual do Nordeste correspondeu a 3,6% do PIBpc de São Paulo (p. 39); em 2006 essa relação atingiu 1,89%.

Tabela 2 – Comércio interestadual de bens e serviços da Região Nordeste – 2006

(R\$ milhões e %)

ESTADOS	ENTRADAS (E _{0E})	PART. (E _{0E})	SAÍDAS (V _{0E})	PART. (V _{0E})	SALDO (V _{0E} -E _{0E})	PART. SALDO
NORTE	8.825	5,27	8.443	6,16	-381	1,25
RO	39	0,02	161	0,12	122	-0,40
AC	8	0,00	70	0,05	63	-0,21
AM	5.745	3,43	2.323	1,70	-3.422	11,25
RR	12	0,01	92	0,07	80	-0,26
PA	2.250	1,34	4.239	3,09	1.989	-6,54
AP	44	0,03	262	0,19	218	-0,72
TO	727	0,43	1.295	0,95	568	-1,87
NORDESTE	61.936	36,99	61.936	45,19	0	0,00
MA	4.380	2,62	4.265	3,11	-115	0,38
PI	4.497	2,69	1.805	1,32	-2.692	8,86
CE	8.555	5,11	7.700	5,62	-854	2,81
PB	7.339	4,38	5.648	4,12	-1.691	5,56
PE	11.222	6,70	18.688	13,64	7.466	-24,56
AL	5.397	3,22	4.262	3,11	-1.134	3,73
SE	5.046	3,01	3.608	2,63	-1.438	4,73
BA	9.408	5,62	12.448	9,08	3.041	-10,00
RN	6.093	3,64	3.511	2,56	-2.582	8,49
SUDESTE	76.616	45,75	54.425	39,71	-22.191	72,99
MG	9.896	5,91	7.225	5,27	-2.671	8,78
ES	3.703	2,21	2.837	2,07	-866	2,85
RJ	9.220	5,51	5.701	4,16	-3.519	11,57
SP	53.797	32,13	38.661	28,21	-15.136	49,78
SUL	14.894	8,89	8.647	6,31	-6.248	20,55
PR	5.257	3,14	2.973	2,17	-2.284	7,51
SC	3.776	2,25	2.379	1,74	-1.397	4,59
RS	5.861	3,50	3.294	2,40	-2.567	8,44
CENTRO-OESTE	5.186	3,10	3.604	2,63	-1.582	5,20
MS	174	0,10	129	0,09	-45	0,15
MT	733	0,44	622	0,45	-111	0,36
GO	3.498	2,09	1.785	1,30	-1.714	5,64
DF	780	0,47	1.068	0,78	287	-0,95
BRASIL	167.457	100,00	137.054	100,00	-30.402	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir das Notas Técnicas 04 dos estados do Nordeste, integrantes do Projeto de Pesquisa "Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste".

O peso relativo das demais regiões permaneceu o mesmo do observado nos trabalhos de Vasconcelos (2001a, 2001b), inclusive em relação ao saldo. Os estados da Região Sul venderam para o Nordeste 8,89% do total adquirido e compraram 6,31%, resultando em déficit de R\$ 6.248 milhões para os estados nordestinos. A participação dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná no total das entradas e saídas é bastante próxima: 3,50% e 3,14% das compras e 2,40% e 2,17% das vendas, respectivamente. As relações comerciais com Santa Catarina são menos expressivas, com 2,25% das entradas e 1,74% das saídas.

As trocas com os estados da Região Norte, responsáveis por 5,27% do total das entradas e 6,16% das saídas, concentraram-se praticamente nos estados do Amazonas e Pará. O Amazonas respondeu por 3,43% do total das entradas regionais e por 1,70% das vendas do Nordeste, resultando em um déficit comercial de R\$ 3.422 milhões. Com o Pará o sinal se inverte, pois aquele estado comprou apenas 1,34% na região e destinou a ela 3,09% de sua produção, obtendo um superávit de R\$ 1.989 milhão. A participação dos demais estados no comércio com a região foi pouco expressiva e gerou saldos favoráveis a eles.

Finalmente, as entradas na Região Nordeste provenientes dos estados do Centro-Oeste corresponderam a 3,10% das compras, das quais 2,09% vieram de Goiás. As vendas para a região somaram 2,63% do total, resultando em um saldo negativo de R\$ 1.582 milhão. Nas saídas, Goiás também predominou (1,30%), resultando em um saldo negativo de R\$ 1.714 milhão nas relações da região com aquele estado, compensado em parte pelo saldo positivo (R\$ 287 milhões) obtido no comércio com o Distrito Federal.

A distribuição estadual dos fluxos de entrada e saída (Tabela 3) revela que o estado da Bahia concentrava 28,67% do total das compras e 38,21% das vendas da região, obtendo um saldo positivo que atingiu R\$ 4.369 milhões em 2006. O peso de Pernambuco, segundo na escala, foi bem menor tanto nas entradas (16,05%) quanto nas saídas (19,66%), gerando pequeno saldo positivo. A participação do Ceará no total das entradas foi próxima à de Pernambuco (15,39%), mas sua participação nas vendas inter-regionais foi menor (13,08%), dando origem ao segundo maior saldo negativo (R\$ 7.850 milhões) da região.

Tabela 3 – Participação dos estados no comércio interestadual de bens e serviços da Região Nordeste – 2006

ESTADOS	(R\$ milhões e %)				
	ENTRADAS (E _{OE})	PART. (E _{OE})	SAÍDAS (V _{OE})	PART. (V _{OE})	SALDO (V _{OE} -E _{OE})
MA	14.962	8,93	7.821	5,71	-7.141
PI	6.818	4,07	1.481	1,08	-5.338
CE	25.778	15,39	17.927	13,08	-7.850
RN	16.649	9,94	8.564	6,25	-8.085
PB	17.856	10,66	13.100	9,56	-4.756
PE	26.872	16,05	26.950	19,66	79
AL	5.791	3,46	4.035	2,94	-1.757
SE	4.725	2,82	4.806	3,51	81
BA	48.005	28,67	52.373	38,21	4.369
NE	167.456	100,00	137.056	100,00	-30.400

Fonte: Elaboração própria a partir das Notas Técnicas 04 dos estados do Nordeste, integrantes do Projeto de Pesquisa "Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste".

A participação da Paraíba no total das compras da região atingiu 10,66% e 9,56% nas vendas, gerando um déficit de R\$ 4.756 milhões. O estado do Rio Grande do Norte teve participação relativa elevada nas entradas (9,94%) e menor nas saídas (6,25%), resultando no maior déficit comercial da região (R\$ 8.085 milhões). Comportamento semelhante apresentou o estado do Maranhão (8,93% das entradas e 5,71% das saídas), dando origem ao terceiro maior déficit.

O estado do Piauí apresentou um saldo comercial negativo muito elevado (R\$ 5.338 milhões) devido à sua pequena participação nas vendas inter-regionais (1,08%) e um peso relativamente grande nas entradas (4,07%). Os estados de Alagoas e Sergipe revelaram participação relativamente pequena nos fluxos de comércio da região, com a importante diferença de que o segundo apresenta pequeno saldo positivo (R\$ 81 milhões) e o primeiro um saldo negativo de R\$ 1.757 milhão.

3.2 Relações comerciais intrarregionais

O peso das relações intrarregionais nos fluxos de comércio dos estados nordestinos diminuiu significativamente com a integração espacial do país. Em 1943, as exportações da Região Nordeste para as demais regiões somaram somente 5% do total e, em 1947, resvalaram para 4%. Em 1961 e 1969, quando as principais rotas terrestres estavam concluídas, as vendas inter-regionais nordestinas atingiram 34% e 36% do total, respectivamente (Galvão, *op. cit.*). Nos anos mais recentes, a interação econômica se aprofundou, com as vendas regionais para o resto do país atingindo 52,22% e 56,98% nos anos de 1998 e 1999, respectivamente (Vasconcelos 2001a, 2001b), bastante próximo dos 54,80% observados em 2006.

Há uma grande concentração nas vendas intrarregionais em 2006, pois os três principais estados da região concentraram 62,70% do total (Tabela 4). Pernambuco se destacou entre eles, com R\$ 18.688 milhões (30,17% do total), secundado pela Bahia, que vendeu na região R\$ 12.448 milhões (20,01%) e Ceará, com R\$ 7.700 milhões (12,43%). Em relação ao total das entradas, a participação desses estados foi bem menor, somando 47,19%, distribuída entre Pernambuco, que adquiriu R\$ 11.222 milhões nos estados da região (18,12% do total), seguido pela Bahia (R\$ 9.408 milhões ou 15,19%) e Ceará (R\$ 8.555 milhões ou 13,81%). Como resultado, nas trocas internas o Ceará apresentou déficit de R\$ 854 milhões, enquanto Pernambuco (R\$ 7.466 milhões) e Bahia (R\$ 3.041 milhões) foram os únicos estados que alcançaram superávit nas relações internas à região.

A importância relativa das relações intrarregionais para esses três estados difere expressivamente. Para Pernambuco, os estados da região foram o destino de 59,51% do total de suas vendas e origem de 31,20% de sua demanda. Para o Ceará, o peso relativo também foi elevado, pois correspondeu a 45,27% de suas saídas e a 36,03% de suas entradas. A interação da Bahia com os estados nordestinos foi muito menos significativa: apenas 23,91% do total de suas vendas foram realizadas na região e somente 20,43% de suas compras originaram-se no Nordeste.

Tabela 4 - Matriz dos fluxos de entradas e saídas dos estados do Nordeste - 2006

ESTADOS	SAÍDAS/ENTRADAS									TOTAL ENTRADAS NE	PART. NO TOTAL ENTRADAS DOS ESTADOS
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA		
MA	0	884	1.169	78	464	1.012	88	59	626	4.380	34,85
PI	1.692	0	1.175	75	109	876	76	65	429	4.497	61,16
CE	909	493	0	810	877	3.422	249	107	1.687	8.555	36,03
RN	85	35	1.516	0	1.006	2.488	147	127	689	6.093	52,03
PB	384	35	686	448	0	4.001	778	70	936	7.339	57,41
PE	733	252	1.647	756	2.444	0	1.288	296	3.807	11.222	31,20
AL	27	11	275	105	179	2.797	0	500	1.503	5.397	67,09
SE	7	19	258	86	158	1.053	692	0	2.773	5.046	54,53
BA	428	77	974	1.152	410	3.038	943	2.385	0	9.408	20,43
TOTAL SAÍDAS P/ NE	4.265	1.805	7.700	3.511	5.648	18.688	4.262	3.608	12.448	61.936	-
SALDO (S-E)	-115	-2.692	-854	-2.582	-1.691	7.466	-1.134	-1.438	3.041	0	-
PART. NO TOTAL SAÍDAS DOS ESTADOS	52,59	75,6	45,27	64,54	66,15	59,51	75,57	55,89	23,91	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir das Notas Técnicas 04 dos estados do Nordeste, integrantes do Projeto de Pesquisa "Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste".

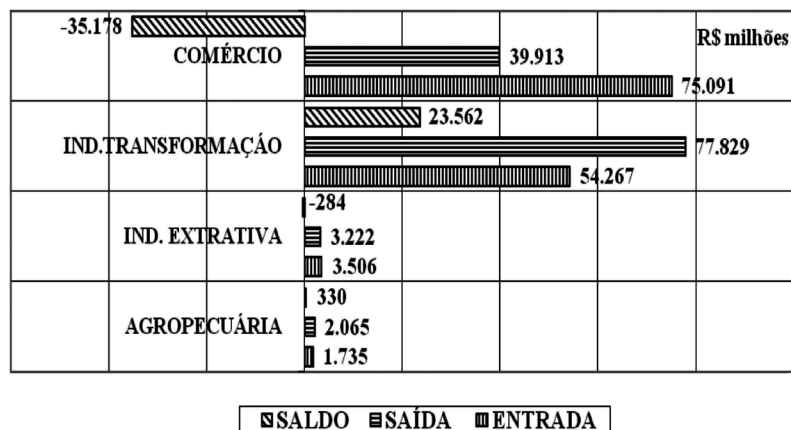
A importância do mercado regional foi maior para os demais estados: para Alagoas, a região foi o destino de 75,57% de suas vendas e origem de 67,09% de suas compras. Seguiram-se a ele Piauí (75,60% e 61,16%, respectivamente), Paraíba (66,15% e 57,41%), Rio Grande do Norte (64,54% e 52,03%) e Sergipe (55,89% e 54,53%). O estado do Maranhão ficou em posição intermediária, pois 52,89% de suas vendas concentraram-se na região, enquanto 34,85% de suas entradas foram dela provenientes.

A articulação entre as economias dos estados nordestinos aponta a distância como um de seus determinantes. As vendas de Alagoas, por exemplo, foram destinadas principalmente para Pernambuco (30,21%), Bahia (22,13%), Paraíba (18,26%) e Sergipe (16,24%), sendo suas compras originadas em Pernambuco (51,84%) e Bahia (27,85%). Os produtos do Piauí destinaram-se predominantemente para o Maranhão (48,98%) e Ceará (27,31%), que supriram a maior parte de suas necessidades (37,62% e 26,13%, respectivamente). No caso de Sergipe, dois terços de seus produtos foram para a Bahia e 13,86% para Alagoas, enquanto suas compras foram distribuídas entre Bahia (54,95%), Pernambuco (20,88%) e Alagoas (13,72%).

A estrutura econômica também é um determinante importante, explicando parte das relações entre os estados. Entretanto, a comparação dos saldos observados nas Tabelas 3 e 4 reforça o papel de grandes centros distribuidores assumidos pelos estados de Pernambuco e Bahia. O elevado saldo intrarregional obtido por Pernambuco permitiu que suas transações interestaduais fossem praticamente equilibradas. No caso da Bahia, 69,60% do saldo das transações foram obtidos com seus parceiros do Nordeste.

Restringindo os fluxos de comércio às principais atividades econômicas – agropecuária, indústria e comércio –, verificamos que os mesmos atingiram o valor total de R\$ 134.599 milhões em compras, R\$ 123.029 milhões em vendas, com um saldo negativo de R\$ 11.570 milhões. Desse total, o comércio respondeu pela maior parte das entradas (R\$ 75.091 milhões ou 55,79%), enquanto as vendas somaram R\$ 39.913 milhões (32,44% do total), gerando um resultado negativo de R\$ 35.178 milhões (Figura 1).

Figura 1 – Resultado da balança comercial dos três setores econômicos do Nordeste – 2006



Fonte: Elaboração própria a partir das Notas Técnicas 04 dos estados do Nordeste, integrantes do Projeto de Pesquisa "Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos das Grandes Projetos Federais no Nordeste".

Parte do déficit gerado pelo comércio foi compensada pela indústria de transformação e pela agropecuária. As aquisições da primeira atingiram R\$ 54.267 milhões (40,32% do total das entradas) e as vendas R\$ 77.829 milhões (63,26% do total das saídas regionais), produzindo um saldo positivo de R\$ 23.562 milhões em suas transações interestaduais. A participação da agropecuária no total das entradas (R\$ 1.735 milhão) correspondeu apenas a 1,29% do total e sua participação nas saídas a 1,68% (R\$ 2.065 milhões) do valor total, resultando em pequeno saldo positivo de R\$ 330 milhões.

A indústria extrativa também teve participação reduzida nos fluxos de comércio regional. O valor total das entradas dessa atividade atingiu R\$ 3.506 milhões em 2006, correspondendo a 2,60% do total. Suas vendas alcançaram R\$ 3.222 milhões (1,68% do total), produzindo um saldo negativo de R\$ 284 milhões. Portanto, foi basicamente através das atividades relacionadas ao comércio atacadista e varejista que se construiu o saldo negativo nas transações dos estados do Nordeste com as demais regiões do país.

3.3 Balança comercial internacional do Nordeste

Diferentemente dos déficits verificados ao longo da história nas transações comerciais internas, o saldo da balança comercial internacional do Nordeste alterna valores positivos e negativos. No ano de 1998, por exemplo, o saldo positivo atingiu R\$ 221.423 mil; no ano seguinte ocorreu um déficit de R\$ 323.490 mil (Vasconcelos, 2001a, p.22, 2001b, p.22). Em 2006, a balança comercial internacional da região registrou superávit de US\$ 2.776.429 mil, com as exportações atingindo US\$ 11.629.126 mil e as importações US\$ 8.854.599 mil (Tabela 5).

Na composição da pauta, classificada segundo as 21 seções da NCM, verificou-se que somente em quatro delas o saldo foi negativo¹².

Entre as que apresentaram resultado positivo estão as seções I, II e III, que envolvem transações com produtos primários de origem animal e vegetal. Na primeira, referente ao comércio de animais vivos e produtos derivados do reino animal, as vendas corresponderam a 3,47% do total exportado pela região e a 0,53% das importações. Na composição da pauta, as exportações de crustáceos – camarões e lagostas, principalmente –, prevaleceram com 83,66% do total da seção, seguidos de peixes frescos e congelados (9,50% do total). Nas importações, peixes inteiros frescos e congelados, principalmente bacalhau, responderam por 70,15% do total, secundadas por carnes desossadas de bovinos e ovinos (18,27%).

As exportações de produtos do reino vegetal que compõem a seção II representaram 8,71% do total regional e 4,50% das importações. Entre os produtos vendidos, a soja em grão originária do estado da Bahia respondeu por 33,47% da seção, ficando pouco abaixo da participação das frutas frescas (34,80%)¹³. A castanha de caju, com 18,51% das exportações, praticamente complementou o total da seção. O trigo (76,28%) e o malte (15,27%) responderam pela quase totalidade das importações dos produtos vegetais.

Enfim, os produtos da seção III tiveram participação relativamente pequena no comércio internacional da região em 2006, pois suas saídas corresponderam a 0,55% do total regional e suas entradas a 0,25%. Entre os principais itens comercializados, as ceras vegetais responderam por 66,25% das exportações, enquanto o óleo de soja (48,78%), o óleo de dendê (30,96%) e o azeite de oliva (14,58%) foram os principais itens importados.

12. A análise a seguir restringe-se às seções mais importantes, segundo as características da composição das pautas e/ou peso nas transações.

13. Uvas (33,56%), melões (25,02%) e mangas (23,77%) foram os principais itens da pauta entre as frutas frescas.

Tabela 5 – Balança comercial internacional do Nordeste, segundo as seções da NCM – 2006

SEÇÕES	US\$ mil					
	X _{RM}	PART. %	M _{RM}	PART. %	SALDO (X _{RM} - X _{RM})	PART. %
I - Animais vivos e prod. do reino animal	234.534	2,02	46.961	0,53	187.573	6,76
II - Produtos do reino vegetal	1.013.040	8,71	398.236	4,50	614.804	22,14
III - Gorduras e óleos animais ou vegetais	64.492	0,55	22.531	0,25	41.961	1,51
IV - Prod. das ind. alimentares, bebidas, fumo e sucedâneos	1.447.551	12,45	154.185	1,74	1.293.367	46,58
V - Produtos minerais	1.516.227	13,04	4.196.095	47,39	-2.679.868	-96,52
VI - Produtos das inds. químicas ou conexas	1.214.944	10,45	940.631	10,62	274.313	9,88
VII - Plásticos, borrachas e suas obras	546.977	4,70	269.315	3,04	277.663	10,00
VIII - Peles, couros, peleteria, artigos p/viagem e bolsas	246.399	2,12	51.443	0,58	194.955	7,02
IX - Madeira, cortiça e suas obras, cestaria	27.442	0,24	2.695	0,03	24.747	0,89
X - Pastas de madeira, papel e suas obras	718.967	6,18	71.134	0,80	647.834	23,33
XI - Matérias têxteis e suas obras	551.403	4,74	240.841	2,72	310.563	11,19
XII - Calçados, chapéus, guarda-chuvas, etc.	359.058	3,09	20.218	0,23	338.839	12,20
XIII - Obras de pedra, gesso, cimento, produtos cerâmicos, etc.	60.198	0,52	21.034	0,24	39.164	1,41
XIV - Pedras preciosas e semipreciosas, metais preciosos, etc.	172.256	1,48	483	0,01	171.773	6,19
XV - Metais comuns e suas obras	2.160.867	18,58	325.000	3,67	1.835.868	66,12
XVI - Máquinas e aparelhos, mat. elétrico, etc.	140.203	1,21	1.261.868	14,25	-1.121.665	-40,40
XVII - Material de transporte	939.033	8,07	681.024	7,69	258.010	9,29
XVIII - Instrum. e apar. de ótica, fotografia, de precisão, etc.	7.657	0,07	134.181	1,52	-126.524	-4,56
XIX - Armas e munições	-	0,00	20	0,00	-20	0,00
XX - Mercadorias e produtos diversos	78.113	0,67	16.451	0,19	61.662	2,22
XXI - Objetos de arte, de coleção e antiguidades	131.820	1,13	409	0,00	131.411	4,73
TOTAL		100,00	8.854.754	100,00	2.776.429	100,00

Fonte: Aliceweb2/MIDIC. Elaboração própria.

Os produtos da seção IV – indústrias alimentares, bebidas, fumo e seus sucedâneos manufaturados – responderam pelo segundo maior superávit (US\$ 1.293.367 mil) da balança comercial da região. As exportações foram relativamente expressivas, com 12,28% do total, enquanto as importações tiveram pequena participação (1,74%). Produtos derivados da cana foram os principais responsáveis por esse resultado, uma vez que o açúcar (54,86%) e o álcool etílico (13,10%) exportados por Alagoas constituíram os principais itens da pauta. O cacau e seus subprodutos (14,61%) e o bagaço e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (10,85%) vendidos pela Bahia praticamente complementaram as exportações da seção. As importações concentraram-se na compra de pasta de cacau (58,57% do total), misturas e pastas para preparação de produtos de padaria (8,76%) e bebidas alcoólicas, principalmente uísques e vinhos (18,35%).

Os produtos das indústrias químicas ou conexas – seção VI – responderam por 10,46% das exportações regionais e 10,62% das importações. Os produtos da química orgânica foram responsáveis por 76,67% do valor das exportações, nas quais predominaram o propeno, o benzeno, os éteres, etc., produzidos na Bahia. Os produtos químicos inorgânicos participaram com 15,40% do total, nos quais a alumina calcinada exportada pelo Maranhão correspondeu a 75,65% do grupo. Nas importações, os produtos químicos orgânicos formaram o principal grupo (44,13% do total), seguido por adubos e fertilizantes (26,58%) e produtos químicos inorgânicos (14,41%).

A seção X, que agrega pasta de madeira, papel e suas obras, respondeu por 6,18% do total das exportações e por apenas 0,80% das importações, gerando saldo positivo de US\$ 647.834 mil. O estado da Bahia respondeu pela quase totalidade das exportações, compostas de pasta química de madeira (87,43%) e papel e artigos de papel e papel kraft (12,54%). As importações concentraram-se em papel jornal (36,29%), papel cartão (19,20%), caixas de papelão (16,12%) e outros papéis e fibras (8,59%).

As seções XI e XII agregam produtos cuja fabricação está presente na estrutura industrial de todos os estados nordestinos. Em ambas, a participação no total das exportações e importações foi relativamente pequena. As matérias têxteis e suas obras responderam por 3,79% das exportações e 2,72% das importações. As exportações de algodão cru e da indústria têxtil representaram 81,26% do total da seção XI, complementados por 18,74% de confecções. Os produtos baseados em algodão contribuíram com 60,33% do total da indústria têxtil, tendo os tecidos de algodão somado 42,83%, seguidos do algodão (41,24%) e dos fios de algodão (15,87%). As fibras de sisal (10,94%), linhas, fios e tecidos artificiais e sintéticos (4,46%), feltros e falsos tecidos (11,79%) e tecidos especiais (6,23%) completam o quadro. A importação dessa indústria, por sua vez, ficou concentrada em algodão cru (35,32%) e fios e fibras de náilon, aramida, poliésteres (27,61%). As exportações da indústria de confecções ficaram altamente concentradas em cobertores, roupas de cama e mesa, roupas de toucador (71,68%) e 22,90%, distribuídos em vestuário de malha de fibra de algodão ou sintética.

As vendas de calçados e suas partes agruparam praticamente a totalidade (99,91%) da seção XII, que respondeu por 2,73% das exportações totais da região e por apenas 0,23% das importações. Os calçados impermeáveis de borracha ou plástico (44,41%) e calçados de couro natural (42,55%) foram os itens majoritários da pauta. As importações de calçados para a prática de esportes (60,19%) e partes superiores de sapatos e seus componentes (12,19%) responderam por grande parte do total das importações.

A seção XV, que agrupa os metais comuns e suas obras, participou com 18,58% do total das exportações e somente com 3,67% das importações,

resultando no maior superávit da balança comercial regional (US\$ 1.835.868 mil). A composição das exportações mostra que os principais itens da pauta foram produtos com baixo valor agregado: ferro fundido e produtos semimanufaturados de ferro (30,56%), dos quais 68,34% constituídos por ferro fundido bruto produzido no Maranhão; cátodos de cobre em forma bruta, peças de cobre e outros produtos desse metal (38,57%), exportados pela Bahia, e, finalmente, alumínio não ligado em forma bruta (27,98%), vendido pelo Maranhão. As importações, por sua vez, concentraram-se em chapas, lâminas de ferro ou aço (57,48%) e em tubos, trilhos, perfis, fios e outras peças de ferro ou aço (18,89%), complementadas por peças de cobre, chumbo e outros materiais.

O comércio internacional de material de transporte – seção XVII – contribuiu com 8,07% do total das exportações e respondeu por 7,69% das importações totais. As exportações de automóveis e chassis com motor a diesel realizadas pela Bahia responderam por mais de 90% do total da seção. As importações incluíram automóveis (62,07%), veículos para carga com motor diesel (21,05%), peças e partes de veículos (3,02%) e locomotivas diesel-elétricas (6,62%).

Entre as seções que apresentaram déficits, destacaram-se a V e XVI. No primeiro caso concentram-se os produtos minerais, cujas exportações somaram 12,89% do total da região e as importações 47,39%. Nesta seção, as exportações de petróleo e seus derivados realizadas pela Bahia (óleo bruto, gasolina etc.) representaram 73,71% do total e os minérios de ferro e aglomerados exportados pelo Maranhão outros 16,87%. As importações de óleo diesel (39,38%), de sulfetos de cobre (24,84%) e de naftas para a petroquímica (19,57%) responderam pela quase totalidade das importações.

Na seção XVI, na qual estão classificadas as máquinas e aparelhos, materiais elétricos e suas partes, entre outros, as exportações representaram apenas 1,20% do total regional, enquanto as importações somaram 14,25%, gerando o segundo maior déficit no comércio internacional nordestino em 2006. As exportações foram compostas de máquinas e motores elétricos, aparelhos e material elétrico e suas partes (71,91%) e de caldeiras e suas partes, motores a explosão e suas partes e máquinas e ferramentas diversas (28,09%). As importações, considerados os dois grandes grupos que compõem a seção, foram de 60,74% para caldeiras, aparelhos e instrumentos e suas partes e 39,26% para aparelhos e materiais elétricos. Nos dois grupos há uma grande diversidade de produtos. No primeiro, as concentrações mais notáveis foram a de máquinas, equipamentos e componentes eletrônicos para informática com 26,55% do total, motores a explosão (7,83%) e máquinas e componentes para a indústria têxtil e de confecções (7,46%). No segundo grupo, equipamentos para telefonia/telegrafia (18,66%), equipamentos para gravação, reprodução e transmissão de som e imagem (16,67%) e motores elétricos, transformadores, retificadores, carregadores e conversores (6,05%).

A importância da Bahia se destaca nas relações comerciais internacionais da região. O estado foi responsável por 58,23% do total das exportações e 50,54% das importações, gerando um saldo positivo de US\$ 2.298.260 mil em 2006 (Tabela 6), praticamente garantindo o superávit regional. Os estados de Alagoas (US\$ 582.546 mil), Rio Grande do Norte (US\$ 241.560 mil), Paraíba (US\$ 41.984 mil) e Piauí (US\$ 20.470 mil), embora em menor escala, também contribuíram para o superávit.

Tabela 6 – Balança comercial internacional dos estados do NE – 2006

(US\$ mil, %)						
UF	EXPORTAÇÕES (X _{RM})	PART. %	IMPORTAÇÕES (M _{RM})	PART. %	SALDO (SBCI)	PART. %
MA	1.712.702	14,73	1.725.869	19,49	-13.168	-0,47
PI	47.204	0,41	26.734	0,30	20.470	0,74
CE	961.874	8,27	1.098.177	12,40	-136.303	-9,1
RN	372.011	3,20	130.450	1,47	241.560	8,7
PB	211.449	1,82	169.465	1,91	41.984	1,51
PE	781.046	6,72	1.024.745	11,57	-243.699	-8,78
AL	692.596	5,95	110.050	1,24	582.546	20,98
BA	6.773.299	58,23	4.475.039	50,54	2.298.260	82,78
SE	79.002	0,68	94.224	1,06	-15.221	-0,55
NE	11.631.183	100,00	8.854.754	100,00	2.776.429	100

Fonte: Aliceweb2/MIDIC. Elaboração própria.

O maior déficit foi registrado pelo estado de Pernambuco (US\$ 243.699 mil), devido principalmente aos resultados negativos na seção VI, produtos químicos ou das indústrias conexas (US\$ 270.264 mil); seção XVI, máquinas e aparelhos, material elétrico, etc. (US\$ 106.550 mil); seção V, produtos minerais (US\$ 105.540 mil), seção XVIII, instrumentos e aparelhos de ótica (US\$ 43.566 mil); seção II, produtos do reino vegetal (US\$ 41.222 mil); seção X, pastas de madeira, papel, papelão e suas obras etc. (US\$ 32.879 mil).

O déficit do Ceará foi causado principalmente pelos resultados nas seções V, produtos minerais (US\$ 467.760 mil); XV, metais comuns e suas obras (US\$ 127.085 mil); XVI, máquinas e aparelhos, materiais elétricos e suas partes (US\$ 55.882 mil); VI, produtos das indústrias químicas e conexas (US\$ 48.638 mil); e VII, plásticos, borracha e suas obras (US\$ 41.184 mil). Embora a participação do estado do Maranhão no déficit total seja relativamente pequena, foram registrados expressivos resultados negativos nas seções V, produtos minerais (US\$ 1.225.193 mil) e XVII, material de transporte (US\$ 61.939 mil). No estado de Sergipe, o déficit está distribuído por várias seções, com valores relativamente pequenos.

A importância relativa do estado da Bahia na balança comercial internacional da região aumentou. O estado contribuiu com 45,85% e 47,12% das exportações e foi responsável por 39,49% e 41,69% do total das importações, respectivamente, gerando saldos positivos em 1998 e 1999. Pernambuco teve comportamento semelhante ao observado em 2006, mas sua participação no total das entradas e saídas era maior, participando com 15,84% e 7,97% das exportações da região e respondendo por 24,11% e 20,82%, respectivamente, das importações, gerando déficits comerciais nos dois períodos.

A composição das pautas de exportação e importações regionais foi semelhante à do país. A pauta de exportações da região revelou a predominância de *commodities* de baixo valor agregado. Os maiores superávits foram obtidos nas exportações de metais comuns e suas obras (66,12% do superávit total), produtos da indústria alimentar e de bebidas (46,58%), pastas de madeira, papel e suas obras (23,33%), produtos do reino animal e vegetal (28,90%), no conjunto). As importações, com exceção dos produtos derivados de petróleo que poderão ser substituídos pela produção originada pelos novos investimentos programados para a região, são de difícil substituição pela produção interna devido à especificidade da maior parte dos itens importados, concentradas em matérias-primas, bens de consumo e máquinas e equipamentos. Por outro lado, novos itens podem ser identificados, como a exportação de automóveis e seus componentes e, nas atividades primárias, a participação da soja.

A pauta do comércio internacional da Região Nordeste aponta para a possibilidade de redução do superávit e geração de déficits. Por um lado, a valorização do real estimula a importação de grande parte dos produtos e reduz a competitividade das exportações, principalmente das *commodities*. Por outro, os grandes blocos de investimentos públicos e privados realizados na região induzem ao aumento das importações de máquinas e equipamentos e, futuramente, dos insumos necessários para a sua operação¹⁴.

3.4 Balança comercial total do Nordeste

Retomando o esquema das relações comerciais da balança comercial apresentado na metodologia, ou seja:

$$(1) \text{ ET} = \text{E}_{\text{OE}} + \text{M}_{\text{RM}} \quad (2) \text{ ST} = \text{V}_{\text{OE}} + \text{X}_{\text{RM}} \quad (3) \text{ SBC}_E = \text{ST} - \text{ET}$$

Os resultados para cada variável nos estados e agregados para a região, para o ano de 2006, estão representados na Tabela 7. Em termos regionais, o resultado positivo da balança comercial com o resto do mundo resultou na redução de 19,88% no déficit apresentado pela região nas transações interestaduais.

14. O saldo da balança comercial do Nordeste foi de US\$ 1,3 bilhão em 2007, US\$ -74,9 milhões em 2008, US\$ 820,6 milhões em 2009, US\$ -1,7 bilhão em 2010 e US\$ -5,3 bilhões em 2011 (MIDIC, aliceweb2.gov.br). Neste último ano, os estados de Pernambuco (US\$ -4,3 bilhões), Maranhão (US\$ -3,2 bilhões), Ceará (US\$ -1,0 bilhão) e Paraíba (US\$ -792,9 milhões) apresentaram déficits. Os superávits da Bahia e, em menor proporção, de Alagoas foram fundamentais para os superávits ou para a redução dos déficits da região nesses anos.

Tabela 7 – Fluxo comercial total dos estados do NE – 2006

(R\$ milhões)

ESTADOS	E _{OE}	M _{RM}	E _{OE} + M _{RM}	V _{OE}	X _{RM}	V _{OE} + X _{RM}	ST - ET
MA	14.962	3.756	18.718	7.821	3.727	11.548	-7.170
PI	6.818	58	6.876	1.481	103	1.584	-5.293
CE	25.778	2.390	28.168	17.927	2.093	20.020	-8.147
RN	16.649	284	16.933	8.564	810	9.374	-7.559
PB	17.856	369	18.225	13.100	460	13.560	-4.665
PE	26.872	2.230	29.102	26.950	1.700	28.650	-451
AL	5.791	239	6.030	4.035	1.507	5.542	-489
SE	4.725	205	4.930	4.806	172	4.978	48
BA	48.005	9.738	57.743	52.373	14.739	67.112	9.370
NE	167.456	19.269	186.725	137.056	25.311	162.367	-24.358

Fonte: Tabelas 3 e 6. Elaboração própria.

O saldo da balança comercial internacional inverteu o resultado positivo que o estado de Pernambuco mostrava nas relações interestaduais. Sergipe teve seu superávit reduzido e no Ceará a elevação do déficit foi a mais significativa. O saldo positivo da Bahia cresceu 114,47% como resultado do bom desempenho de sua balança comercial com o resto do mundo. Nos demais estados, o superávit externo provocou redução não muito significativa dos déficits observados nos fluxos interestaduais.

4. Variação dos fluxos de comércio em relação ao PIB do Nordeste – 1999 e 2006

Os valores absolutos dos fluxos do comércio interno observados em 2006 confirmam o padrão histórico de déficits do Nordeste nas trocas regionais. A importância das trocas internas para a economia dos estados e da região pode ser avaliada comparando-a aos respectivos valores do PIBpc, tanto em relação ao volume total das transações quanto ao valor dos fluxos de entrada e saída e os respectivos saldos. Esses resultados permitem estabelecer a importância relativa que os mesmos têm na oferta e demanda por bens e serviços¹⁵. O mesmo ocorre com o comércio internacional, embora neste caso o comportamento dos fluxos e os respectivos saldos sejam menos estáveis que os observados nas trocas internas.

Formalmente, os indicadores que expressam as proposições acima são os seguintes:

- $(V_{OE}+E_{OE})/PIBpc$: relaciona o volume total das transações ao PIBpc

15. Monteiro Neto (*op. cit.*, p. 39) utiliza indicadores semelhantes para analisar a importância das transações inter-regionais para a economia de São Paulo em 1999.

- dos estados e da região;
- $(V_{OE})/PIB_{pc}$: relaciona o valor total das vendas ao PIBpc dos estados e da região;
- $(E_{OE})/PIB_{pc}$: relaciona o valor total das compras ao PIBpc dos estados e da região;
- $(V_{OE}-E_{OE})/PIB_{pc}$: relaciona o saldo das relações interestaduais ao PIBpc dos estados e da região.

A comparação entre os anos de 1999 e 2006, por sua vez, permite verificar o sentido da variação no volume e dos respectivos saldos, resultantes das variações ocorridas no valor dos fluxos de entradas e saídas.

4.1 Indicadores dos fluxos de comércio interestadual

Os resultados apresentados na parte superior da Tabela 8 revelam que a importância do comércio interestadual para o Nordeste aumentou entre 1999 e 2006. Considerando o volume total das transações, apresentados na 1ª e 5ª colunas, verifica-se que essas transações subiram de 80,35% para 97,88%. O principal determinante do crescimento médio de 21,82% (9ª coluna) foi o aumento das vendas, que cresceram (42,11%) proporcionalmente mais que as compras (9,08%), conforme as três últimas colunas da referida Tabela. Com isso, o peso das vendas dos estados nordestinos passou de 31,00% do PIBpc, em 1999, para 44,05% em 2006 (2ª e 6ª colunas), enquanto as entradas passaram de 49,35% do PIBpc para 53,83% do PIBpc (3ª e 7ª colunas). Assim, o grau de desequilíbrio relativo entre os fluxos de compras e vendas foi reduzido de -18,35% para -9,77% (4ª e 8ª colunas).

Nos estados, a importância relativa do volume total e dos fluxos mostrou resultados distintos: um grupo apresentou variação positiva e outro, menor, variação negativa. A variação positiva mais expressiva do volume total de comércio ocorreu com o estado da Paraíba, que se expandiu 70,24%, passando de 91,14% para 155,16% entre 1999 e 2006, devido ao crescimento de suas vendas interestaduais (101,11%) em relação às compras (53,00%). O estado do Rio Grande do Norte vem em seguida, com crescimento de 56,96%, quando a relação passou de 78,15% para 122,66%, com a expansão das vendas (64,61%) também superando o das compras (53,29%). No Maranhão, a ampliação foi de 36,87%, mas o peso do comércio interestadual (79,60% do PIBpc em 2006) era muito menor do que o observado na Paraíba e no Rio Grande do Norte, devido ao peso que o comércio internacional tem na economia do estado. O peso das relações comerciais internas passou de 78,78% para 104,00% do PIBpc do estado da Bahia, variando 32,00% entre 1999 e 2006, uma vez que as vendas expandiram mais que o dobro das entradas. A taxa de aumento do Ceará (15,83%) foi menor que o da média regional, devido ao baixo crescimento

das vendas (26,73%) e das compras (9,30%). O crescimento verificado em Pernambuco (6,73%) ocorreu devido ao aumento das vendas (48,50%) e da regressão de 16,75% das compras interestaduais.

Tabela 8 – Evolução da relação entre fluxos de comércio e o PIB nos estados do NE – 1999-2006

%											
COMÉRCIO INTERESTADUAL											
ANOS	1999				2006				VAR. 06/99		
COLONAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
UF	$(V_{OE} + E_{OE}) / PIBpc$	$V_{OE} / PIBpc$	$E_{OE} / PIBpc$	$(V_{OE} - E_{OE}) / PIBpc$	$(V_{OE} + E_{OE}) / PIBpc$	$V_{OE} / PIBpc$	$E_{OE} / PIBpc$	$(V_{OE} - E_{OE}) / PIBpc$	$(V_{OE} + E_{OE}) / PIBpc$	$V_{OE} / PIBpc$	$E_{OE} / PIBpc$
MA	58,16	14,75	43,41	-28,66	79,60	27,33	52,28	-24,95	36,87	85,28	20,42
PI	67,39	15,20	52,19	-37,00	64,89	11,58	53,31	-41,73	-3,71	-23,82	2,15
CE	81,49	30,55	50,94	-20,39	94,39	38,72	55,67	-16,96	15,83	26,73	9,30
RN	78,15	25,31	52,84	-27,53	122,66	41,66	81,00	-39,33	56,96	64,61	53,29
PB	91,14	32,65	58,49	-25,85	155,16	65,66	89,50	-23,84	70,24	101,11	53,00
PE	90,87	32,70	58,17	-25,46	96,99	48,56	48,42	0,14	6,73	48,50	-16,75
AL	71,71	23,89	47,82	-23,93	62,40	25,62	36,77	-11,15	-13,00	7,22	-23,10
SE	91,20	36,10	55,10	-18,99	63,02	31,78	31,24	0,54	-30,90	-11,99	-43,30
BA	78,78	37,47	41,32	-3,85	104,00	54,26	49,74	4,53	32,00	44,83	20,37
NE	80,35	31,00	49,35	-18,35	97,88	44,05	53,83	-9,77	21,82	42,11	9,08
COMÉRCIO INTERNACIONAL											
ANOS	1999				2006				VAR.06/99		
UF	$(X_{RM} + M_{RM}) / PIBpc$	$X_{RM} / PIBpc$	$M_{RM} / PIBpc$	$(X_{RM} - M_{RM}) / PIBpc$	$(X_{RM} + M_{RM}) / PIBpc$	$X_{RM} / PIBpc$	$M_{RM} / PIBpc$	$(X_{RM} - M_{RM}) / PIBpc$	$(X_{RM} + M_{RM}) / PIBpc$	$X_{RM} / PIBpc$	$M_{RM} / PIBpc$
MA	18,39	11,83	6,56	5,28	26,15	13,02	13,12	-0,10	42,18	10,04	100,20
PI	2,12	1,68	0,44	1,24	1,26	0,81	0,45	0,35	-40,56	-52,06	3,58
CE	8,38	3,29	5,09	-1,80	9,68	4,52	5,16	-0,64	15,49	37,22	1,42
RN	4,53	2,62	1,91	0,71	5,32	3,94	1,38	2,56	17,57	50,55	-27,64
PB	4,19	1,37	2,81	-1,44	4,16	2,31	1,85	0,46	-0,73	67,86	-34,23
PE	7,40	1,97	5,44	-3,47	7,08	3,06	4,02	-0,96	-4,36	55,79	-26,10
AL	7,57	5,97	1,60	4,37	11,09	9,57	1,52	8,05	46,47	60,34	-5,23
SE	3,69	0,68	3,01	-2,33	2,49	1,14	1,36	-0,22	-32,40	67,26	-54,93
BA	13,41	6,95	6,47	0,48	25,36	15,27	10,09	5,18	89,04	119,84	55,98
NE	9,56	4,66	4,90	-0,24	14,33	8,14	6,19	1,94	49,93	74,71	26,38

Fonte: IBGE, SCN, 2001, 2011, Tab. 22. Elaboração própria.

A importância relativa do comércio interestadual diminuiu nos outros três estados. Em Sergipe, o peso do volume das transações internas caiu 30,90%, passando de 91,20% do PIBpc, em 1999, para 63,02% do PIBpc, em 2006, devido à queda de 11,99% nas vendas e de 43,30% nas compras. Em Alagoas, a diminuição de 13,00% foi causada pela redução de 23,10% nas entradas, compensada em parte pelo crescimento de 7,22% das vendas. Finalmente, a redução de 3,71% observada no Piauí correspondeu à queda de 23,82% das vendas e à pequena expansão das compras (2,15%).

O desempenho dos fluxos interestaduais fez com que o saldo da balança comercial interestadual dos estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe invertessem o saldo negativo existente em 1999. Os estados do Maranhão, Ceará, Paraíba e Alagoas reduziram o grau de desequilíbrio entre os fluxos de vendas e compras, embora seus saldos continuassem negativos. Finalmente, nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte, o grau de desequilíbrio aumentou na comparação entre os anos de 1999 e 2006.

4.2 Indicadores dos fluxos de comércio internacional

Estabelecendo a mesma relação entre o volume total do comércio internacional e de seus fluxos com o PIBpc, a parte inferior da Tabela 8 revela que o peso das relações comerciais internacionais do Nordeste também cresceu (49,93%) entre 1999 e 2006, fazendo com que o volume total do comércio aumentasse de 9,56% para 14,33% do PIBpc regional. As exportações passaram de 4,66%, em 1999, para 8,14%, em 2006, tornando-se o principal determinante do crescimento, uma vez que as importações evoluíram de 4,90% para 6,19%.

O aumento de 89,04% verificado no volume total de comércio internacional da Bahia foi o mais elevado entre os estados da região, passando de 13,41% para 25,36%, fruto do crescimento de 119,84% das exportações e de 55,98% nas importações. No Maranhão, o volume do comércio internacional cresceu 42,18%, fazendo com que passasse de 18,39% do PIBpc do estado, em 1999, para 26,15%, em 2006. A taxa de crescimento do comércio internacional em relação ao PIBpc no Ceará foi relativamente pequena (15,49%), mas é importante notar que suas exportações cresceram 37,22%, enquanto as importações evoluíram somente 1,42%, reduzindo significativamente seu saldo negativo.

Nos demais estados, houve redução relativa em pelo menos um dos fluxos. No caso de Alagoas, a queda de 5,23% nas importações não impediu o crescimento de 46,47% no volume total de comércio, sustentado pelo crescimento de 60,34% nas exportações. Comportamento semelhante foi observado no Rio Grande do Norte, onde a queda de 27,64% nas importações foi mais que compensada pela expansão de 50,55% nas exportações. Na Paraíba (-0,73%) e em Pernambuco (-4,36%), a queda relativa das importações, não compensada pelo aumento das exportações, fez o volume total do comércio internacional

se tornar menor em relação ao PIBpc. Em Sergipe (-32,40%), a queda foi causada pela redução dos fluxos de exportação e importação, e no Piauí a redução ocorreu devido à queda relativa das exportações.

Os resultados acima mostram que, apesar do crescimento relativo do comércio internacional, o mercado interno ainda é fundamental para a economia de todos os estados. Além disso, o aumento mais que proporcional das vendas reduziu o desequilíbrio regional e reverteu o déficit que alguns estados apresentavam em 1999.

Considerações finais

A análise da estrutura econômica do Nordeste revelou que os gastos do governo e as atividades de comércio foram as que mais cresceram entre 2002 e 2009. As atividades da indústria e da agropecuária cresceram relativamente menos e perderam participação na formação do VAB regional. O maior crescimento do VAB nordestino nesse período, portanto, pode ser creditado em grande parte aos efeitos multiplicadores dos programas de transferência de renda, que reduziram parcialmente as desigualdades existentes entre a região e a média nacional.

O círculo virtuoso induzido pelas políticas de redistribuição de renda e transferências financeiras intergovernamentais, entretanto, tem seu poder multiplicador reduzido, uma vez que parte do aumento da demanda regional derivada do crescimento econômico está sendo satisfeita através do consumo de bens e serviços produzidos fora da região, como pode ser constatado pelo crescimento mais que proporcional do fluxo de comércio, que, como se viu, constituiu a principal fonte do déficit regional. O superávit da indústria de transformação, por sua vez, pode ser creditado à complementaridade existente entre o parque industrial nordestino e o do Sudeste do país, inclusive pelas relações entre as matrizes localizadas naquela região e suas filiais estabelecidas nos estados do Nordeste.

Convém destacar a importância do papel que o Nordeste desempenha como parte significativa na composição da demanda por bens e serviços produzidos nas demais regiões. Os resultados confirmam a relevância histórica do Sudeste, e principalmente de São Paulo, como origem das compras e destino das vendas efetuadas pelas empresas nordestinas. Entretanto, as conexões estabelecidas entre as empresas e os mercados regionais necessitam ser mais bem estudadas. Observe-se que a participação dos estados das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste no comércio com o Nordeste pode estar subestimada devido ao papel de centro distribuidor exercido por São Paulo. As relações do Nordeste com a Região Norte concentram-se fortemente na produção oriunda da Zona Franca de Manaus¹⁶.

Na articulação intrarregional, o papel de centro de distribuição é exercido por Pernambuco, Bahia e, em menor escala, Ceará. Um dos fatores que determinam

16. Esses aspectos ficam mais evidentes quando os fluxos de entradas e saídas de bens e serviços são examinados, além das Notas Técnicas dos estados do Nordeste, mencionadas na introdução.

essa configuração é a existência de redes locais de distribuição de bens de consumo, cujas matrizes localizam-se nesses estados, com filiais que se espalham pelos demais estados nordestinos. Essa condição é reforçada por políticas públicas destinadas à atração de grandes centros de distribuição de produtos fabricados em outras unidades da federação. Além disso, a própria estrutura econômica desses estados norteia as articulações com os demais. No estado da Bahia, a implantação da indústria automotiva, a existência da indústria petroquímica, da produção de papel e celulose e a expansão da produção de grãos tornaram o estado superavitário em suas relações econômicas internas, transformando, inclusive, as relações comerciais intrarregionais menos importantes do que as que ele mantém com o Sudeste do país. O papel desempenhado por Pernambuco é bastante distinto. As principais fontes da demanda para seus produtos são os estados da região, caracterizando-o como um grande centro distribuidor. No caso do Ceará, as evidências são menos claras, revelando que outras regiões também exercem papel importante em suas relações econômicas. Os demais estados da região dependem muito fortemente das relações intrarregionais, articulando-se com os parceiros da região e de outros estados através das características econômicas locais.

Nas relações internacionais, a alternância entre superávits e déficits na balança comercial indica alterações significativas, especialmente considerando-se os resultados de 2010 e 2011. Apesar disso, as relações econômicas interestaduais continuam sendo predominantes para a economia dos estados da região.

O sentido e a intensidade dos fluxos de comércio tendem a se modificar lentamente, não apresentando rupturas significativas em situações normais. O processo recente de crescimento econômico, entretanto, pode ter produzido alterações importantes no conteúdo dos fluxos. Os investimentos realizados e em execução em infraestrutura logística e energia tendem a alterar a estrutura econômica do Nordeste, atraindo investimentos privados para a região. A indústria automobilística em Pernambuco, os investimentos em energia eólica, entre outros, deverão impactar a inserção da economia nordestina na economia nacional e alterar expressivamente o valor e a composição dos fluxos de comércio interestadual e internacional.

Acompanhar esse processo é importante para identificar os novos componentes da oferta e da demanda por bens e serviços oriundos dessas novas estruturas, inclusive para estabelecer políticas que promovam o adensamento das cadeias produtivas existentes e o desenvolvimento de novas atividades. Com a internalização da produção de bens e serviços, o multiplicador do círculo virtuoso induzido por esse processo será potencializado, aumentando a geração de trabalho e riqueza na região.

§

Referências bibliográficas

- AMARAL FILHO, J. *et alii*. Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio – Ceará. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC) – *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*. Fortaleza/CE, setembro 2009. (NOTA TÉCNICA 4/CE). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.
- APOLINÁRIO, V. *et alii*. Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio – Rio Grande do Norte. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC) – *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*. Natal/RN, setembro 2009. (NOTA TÉCNICA 4/RN). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.
- CAVALCANTI FILHO, P. F. M. B. *et alii*. Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio – Paraíba. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC) – *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*. João Pessoa/PB, setembro 2009. (NOTA TÉCNICA 4/PB). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.
- FERREIRA JUNIOR, H. M. *et alii*. Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio – Bahia. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC) – *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*. Salvador/BA, setembro 2009. (NOTA TÉCNICA 4/BA). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.
- HANSEN, D. L. *et alii*. Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio – Sergipe. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC) – *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*. Aracaju/SE, setembro 2009. (NOTA TÉCNICA 4/SE). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.
- IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. 2011.
- _____. Contas regionais do Brasil – 2003 – 2006. Contas Nacionais nº 25. Rio de Janeiro. 2008.
- _____. Contas regionais do Brasil – 2005 – 2009. Contas Nacionais nº 35. Rio de Janeiro. 2011.
- LUSTOSA, M. C. J. *et alii*. Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio – Alagoas. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC) – *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*. Maceió/AL, setembro 2009. (NOTA TÉCNICA 4/AL). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.
- MONTEIRO NETO, A. *Fluxos de renda fiscal versus fluxos de renda via comércio: o que há de novo na direção e magnitude da ação redistributiva do governo federal nas regiões brasileiras?* Brasília, IPEA, nov. 2006 (Texto para Discussão, 1230).
- _____. *Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil – 1999*. Brasília: Ipea, ago. 2001 (Texto para Discussão, 817).
- _____. OLIVEIRA, M. A. *Análise da matriz por atividade econômica do comércio interestadual no Brasil – 1999*. Rio de Janeiro. Ipea, fev. 2006.
- MOURA, J. G. *et alii*. Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio – Maranhão. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC) – *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*. São Luís/MA, setembro 2009. (NOTA TÉCNICA 4/MA). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.
- MOUTINHO, L. M. G. *et alii*. Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio – Pernambuco. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC) – *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*. Recife/PE, setembro 2009. (NOTA TÉCNICA 4/PE). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.
- VELOSO FILHO, F. A. *et alii*. Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio – Piauí. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC) – *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*. Teresina/PI, setembro 2009. (NOTA TÉCNICA 4/PI). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.
- VASCONCELOS, J. R. *Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil*

Recebido em 2/11/2012

e aceito em 12/3/2013